



AOS GUARDAS-FLORESTAIS DO SEPNA/GNR

ALTERADO O REGIME DE APOSENTAÇÃO DOS GUARDAS-FLORESTAIS

O Governo alterou o regime de aposentação da carreira de guarda-florestal, sem que o mesmo tivesse sido negociado com a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais. De facto, no projeto que nos foi entregue, com data de 16/07/2018, no final de duas reuniões, a alteração apresentada apontava para a aplicação do regime de aposentação dos militares da GNR, o que afinal não se veio a concretizar.

A alteração ao artigo 46º do Decreto-Lei nº114/2019, estabelece que se passa a aplicar o Decreto-Lei nº4/2017, de 6 de Janeiro, que regula as condições e as regras de atribuição e de cálculo das pensões de aposentação do regime de protecção social convergente e das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social do pessoal com funções policiais da PSP, da carreira de investigação do SEF, de investigação criminal, de segurança e pessoal das demais carreiras de apoio à investigação criminal da Polícia Judiciária e ao pessoal do corpo da Guarda Prisional.

O regime de aposentação que agora se passa a aplicar aos guardas florestais, representa um recuo relativamente ao que estava previsto anteriormente no artigo 46º, nº2 do Decreto-Lei nº247/2015, de 23 de Outubro, já que a aposentação antecipada aos 60 anos de idade, sem penalizações, só se aplica àqueles que perfizeram essa idade, até 31 de Dezembro de 2018.

Para os que já fizeram 60 anos depois de 31/12/2018 ou venham a fazer daqui por diante, a aposentação voluntária poderá ser feita aos 60 anos, por aplicação do artigo 3º, nº1, alínea b) do Decreto-Lei nº229/2005, de 29 de Dezembro, mas a pensão será penalizada com a aplicação do factor de sustentabilidade e de redução por antecipação da idade.

Contudo, tal já não sucederá se a aposentação se concretizar aos 60 anos e 5 meses de idade, já que de acordo com o nº5, do artigo 2º, do Decreto-Lei nº4/2017 (que agora se passa a aplicar aos guardas-florestais), “às pensões atribuídas após o trabalhador ter completado a idade de acesso, não são aplicáveis...” os factores de sustentabilidade e por antecipação da idade.

Considerando que o impacto no valor da pensão dos dois factores de penalização, é significativo, aconselhamos a que, neste último caso, os guardas-florestais que já têm 60 anos de idade, feitos depois de 31/12/2018 e que pretendam aposentar-se voluntariamente, o façam quando já tiverem 60 anos e 5 meses.

CLARIFICADO O REGIME DE BONIFICAÇÕES NO TEMPO DE SERVIÇO

Aquando da negociação, foi por nós proposto que fosse clarificado na alteração ao Decreto-Lei nº247/2015, que as bonificações a que os guardas-florestais têm direito, no tempo de serviço, são as previstas no nº2, do artigo 8º, do Decreto-Lei nº111/98, de 24 de Abril e no nº2, do artigo 3º do Decreto-Lei nº229/2005, de 29 de Dezembro. Isto mesmo ficou consagrado agora no nº2, do artigo 7º, do Decreto-Lei nº114/98, o que poderá evitar os problemas que se têm verificado com o cálculo das pensões de aposentação atribuídas pela CGA, aos guardas-florestais, com omissão, nuns casos de uma das bonificações e noutros, das duas.

SUBSISTÊNCIA DA CARREIRA

Como desde a transição para a GNR defendemos, o nº3, do artigo 5º, do Decreto-Lei nº22/2006, de 2 de Fevereiro, foi alterado, deixando de ali figurar que os lugares eram extintos à medida que vagasse. Assim, a carreira de guarda-florestal passa a ser uma carreira dinâmica, passando a constar do seu estatuto, as adequadas normas de ingresso (artigos 25º-A, 25º-B e 25º-C).

Impõe-se, agora, a urgente abertura do concurso de admissão de 200 novos efectivos, já autorizado por força da Lei do Orçamento do Estado para 2018, processo que cabe à GNR concretizar.

OS POSTOS TERRITORIAIS PASSAM A SER CENTROS DE ACTIVIDADE FUNCIONAL OPERACIONAL SEM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS LUGARES NAS RESPECTIVAS EPF

Também esta nossa reivindicação foi satisfeita. Sempre considerámos que os postos territoriais eram os serviços da GNR onde deveriam continuar a estar sediadas as EPF, pela sua maior proximidade ao meio em que actuam os guardas-florestais, pelo que não se justificava a sua extinção.

OUTRAS ALTERAÇÕES COM SIGNIFICADO

Os guardas-florestais aposentados passam a ter direito a cartão de identificação próprio e o direito a dispensa de serviço para a instalação, até cinco dias, passa a ser aplicável a todos os tipos de colocação, previstos nos artigos 29º, 30º 31º, 32º e 34º, do Decreto-Lei nº247/2015.

AS REIVINDICAÇÕES QUE SE MANTÊM

O Governo confirmou a sua teimosia e desconsideração para com os guardas-florestais, ao não atribuir os suplementos de função e de escala de serviço, mantendo a injustiça resultante de aqueles terem deveres específicos e funções idênticas às dos militares da GNR adstritos ao SEPNA, mas remunerações que, em média, são 350,00 euros mais baixas que as destes.

Deste modo e como anteriormente dissemos, precisamos de continuar a insistir na exigência de atribuição dos suplementos.

A isto, deve somar-se a exigência de: abertura dos concursos de promoção a mestre-florestal principal e a mestre-florestal e de ingresso na carreira; do descongelamento das progressões; de mais eficaz processo de distribuição dos uniformes; de renovação das viaturas para o policiamento florestal.

A Federação irá pedir uma reunião com o Secretário de Estado da Protecção Civil, para repor as reivindicações não satisfeitas. Está já marcada, para 31 de Janeiro, a reunião com o CARI/GNR, por nós solicitada, a fim de discutir as questões relacionadas com os concursos, o descongelamento de escalões, os uniformes e as viaturas.



**Paramos
para o país
AVANÇAR!**



SINDICALIZA-TE no STFPSCentro
vai a www.stfpcentro.pt - ficha de sindicalização



Coimbra, Janeiro de 2019

Federação Nacional dos Sindicatos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais